

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

1 de 8

Informação 72/2020 – DIASP3

Brasília (DF), 20 de Julho de 2020.

Processo: 00600-00004091/2020-36**Jurisdicionada:** Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (IGESDF)**Assunto:** Representação**Ementa:** Representação 45/2020-CF. Contratações celebradas pelo IGESDF para soluções de informática, publicidade de utilidade pública e telemedicina. Conhecimento. Oitiva.**ADMISSIBILIDADE DE REPRESENTAÇÃO**

| 1. IDENTIFICAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO | |
|--|---|
| Representante: | Representação 45/2020-CF, formulada pela Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira (e-DOC 079ED1BC, peça 11). |
| Teor da Representação: | <p>Trata-se de Representação formulada pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal (MPjTCDF) (e-DOC 079ED1BC, peça 11), acerca de supostas irregularidades na celebração de contratos, pelo Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (IGESDF), para soluções de informática, publicidade de utilidade pública e telemedicina.</p> <p>2. A Representante noticia dois contratos celebrados entre o IGESDF e particulares. O primeiro é o Contrato 032/2020, celebrado com a Smart 7 Digital Ltda.-ME, com vigência de 180 (cento e oitenta) dias, ao custo total de R\$ 1.530.000,00 (um milhão e quinhentos e trinta mil reais), cujo objeto é a prestação de serviços em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), para atendimento à população do Distrito Federal no combate à Covid-19.</p> <p>3. De acordo com a Representante, foram obtidos, na página eletrônica do IGESDF na rede mundial de computadores (<i>Internet</i>), dados sobre a plataforma contratada. Segundo consta, a ferramenta consiste no uso de duas assistentes virtuais,</p> |



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

2 de 8

denominadas Ana e Gabriela. Ao enviar uma mensagem pelo aplicativo de mensagens *WhatsApp* para o terminal (61) 99819-6599, o cidadão é atendido pela Ana e relata os sintomas antes de se dirigir para uma unidade de saúde ou para a unidade móvel de testagem rápida. Após, se o caso for considerado de atenção, segundo critérios definidos pelo IGESDF, o atendimento é direcionado para um analista, etapa em que o usuário poderá relatar melhor a sua situação e, se for o caso, será direcionado para uma Unidade Básica de Saúde (UBS) de sua região ou para o Serviço Móvel de Urgência (SAMU).

4. A robô Ana fornece, também, informações gerais sobre a Covid-19, esclarecendo dúvidas sobre como a infecção pelo vírus ocorre, como se prevenir, quais os principais sintomas, se já existe uma cura, entre outras questões.

5. A assistente Gabriela faz o acompanhamento apenas dos pacientes já diagnosticados com a Covid-19 e liberados para isolamento domiciliar. Ela contacta os pacientes, também via *WhatsApp*, pelo número informado no prontuário e acompanha a evolução do quadro de saúde, mediante perguntas diárias, de modo a permitir que o IGESDF e o sistema de saúde pública possam contribuir e auxiliar o paciente que passa por tratamento em casa.

6. Ainda segundo dados do sítio eletrônico, a plataforma digital permite a captação de dados epidemiológicos que deverão respaldar as tomadas de decisões em cada uma das regionais de saúde, de acordo com dados de cada região administrativa.

7. A Representante chamou a atenção para o fato de que muitas das soluções visadas no Contrato 032/2020 já são objeto de contínuas campanhas divulgadas pela mídia, por entes públicos e privados gratuitamente. Citou o Telecovid, disponível na página eletrônica da Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES/DF), o Disque Saúde 136 do Ministério da Saúde, além do próprio sítio eletrônico do IGESDF, onde se vê dicas, informações importantes, notícias, dúvidas frequentes, vídeos, amplamente propalados pela mídia.

8. Ponderou que o objeto do contrato apresenta um misto de publicidade, já atendido pela própria rede de saúde pública, e de telemedicina sem que a contratada demonstre qualquer especialidade nessa área, não sendo permitida a subcontratação no todo ou em parte do objeto, segundo o ajuste.

9. Argumentou que o estado de Pernambuco e o município de Recife adotaram soluções semelhantes, com custo dez vezes menor do que o contratado pelo IGESDF, utilizando-se de um contrato preexistente (fábrica de *software*), com a adição da plataforma/aplicativo.

10. Pontuou outra iniciativa, também do estado de Pernambuco, denominada de “CheckCorona”, acessível gratuitamente à população pela *Internet*, com objetivo de evitar que as pessoas saiam de casa para ir a hospitais sem necessidade.

11. O segundo Contrato, 051/2020, celebrado com a sociedade empresária Fértil Comunicação e Marketing Ltda., possui vigência de 12 (doze) meses, com previsão de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

3 de 8

| | |
|--|--|
| | <p>desembolso de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) no período, para prestação de serviços de publicidade e propaganda <u>sob demanda</u>, envolvendo planejamento, conceituação, concepção, criação, execução interna, intermediação e supervisão da execução externa e distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o objetivo de promover a difusão de ideias ou informar o público em geral, para atender as necessidades da Assessoria de Comunicação do IGESDF.</p> <p>12. Sobre essa avença, a Representante questionou o motivo da não inclusão dos serviços, ou parte deles, no bojo do Contrato 032/2020, bem como apontou ajuste celebrado por Organização Social do estado de Goiás, com o mesmo prestador de serviço contratado pelo IGESDF, em valor inferior, para objeto semelhante¹.</p> <p>13. Por fim, a Representante pediu que:</p> <ol style="list-style-type: none">1) a Corte de Contas ouça o Diretor-Presidente do IGESDF para que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, apresente:<ol style="list-style-type: none">a) toda a documentação correlata relacionada com os contratos em tela;b) toda a documentação relacionada, também, com a celebração de contrato de publicidade para o IGESDF;2) o Diretor-Presidente do IGESDF apresente, em 05 dias, se quiser, justificativa para a escolha da Smart 7, os preços pactuados, inclusive para contratação da empresa Fértil, para publicidade e propaganda, e por qual motivo não se programou para integrar ao menos parte do objeto do ajuste debaixo desse contrato, sem novos ônus;3) autorize, na sequência, que os fatos sejam analisados pelo Corpo Técnico, Núcleo de Tecnologia da Informação, com a urgência que o caso requer. |
|--|--|

2. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE

| Todos os legitimados devem atender aos seguintes requisitos: | S/N/NA | Observação: |
|---|--------|-------------|
| 2.2.1 - A representação trouxe caracterização circunstanciada da situação (inciso I do § 2º do art. 230 do RITCDF)? | SIM | |
| 2.2.2 - A representação foi redigida em linguagem clara e objetiva (inciso II do § 2º do art. 230 do RITCDF)? | SIM | |

¹ “contratação de empresa especializada em assessoria de comunicação, identidade visual, planejamento de comunicação, desenvolvimento de campanhas, gestão de redes sociais, publicidade digital e desenvolvimento de web.”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

4 de 8

| | | |
|--|-----|--|
| 2.2.3 - A representação está acompanhada de indício concernente à irregularidade ou ilegalidade identificada, apresentando, sempre que possível, a indicação dos princípios constitucionais, dispositivos legais ou regulamentares violados e o potencial impacto lesivo do ato inquirido (inciso III do § 2º do art. 230 do RITCDF)? | SIM | Parcialmente, o Representante não apontou dispositivos legais violados. |
| 2.2.4 - A representação tem enquadramento da matéria nas competências do Tribunal (inciso IV do § 2º do art. 230 do RITCDF)? | SIM | A fiscalização é de competência deste Tribunal, conforme art. 1º, inciso V, alínea “d”, da Lei Complementar 1/94 – Lei Orgânica do TCDF ² , c/c Art. 2º, VI, da Lei Distrital 5.899/2017 ³ . |
| 2.2.5 – As informações trazidas apresentam verossimilhança com os fatos representados (Inc. I, §6º do art. 230 do RITCDF) | SIM | |
| 2.2.6 – O signatário da representação ou documento que solicite a fiscalização de contratação relacionada ao enfrentamento da pandemia decorrente do novo coronavírus (SARSCOV-2), agente causador da Covid-19, realizou o exame das contratações à luz do momento em que foram realizadas, considerando as circunstâncias práticas que houver imposto, limitado ou condicionado a | SIM | |

² Art. 1º Ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, órgão de controle externo, nos termos da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Distrito Federal e na forma estabelecida nesta Lei Complementar, compete:

(...)

V – realizar, por iniciativa própria, da Câmara Legislativa ou de alguma de suas comissões técnicas ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Executivo e Legislativo, inclusive fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público e administração indireta:

(...)

d) das concessões, cessões, doações, permissões e contratos de qualquer natureza, a título oneroso ou gratuito, e das subvenções sociais ou econômicas, dos auxílios, contribuições e doações;

³ Art. 2º (...)

VI - a execução do contrato de gestão é supervisionada pela Secretaria de Estado de Saúde e fiscalizada pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF, que verifica, especialmente, a legalidade, a legitimidade, a operacionalidade e a economicidade no desenvolvimento das respectivas atividades e na consequente aplicação dos recursos repassados, com base nos critérios referidos no inciso III;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

5 de 8

| | | |
|---|-----|--|
| ação do gestor público, sem prejuízo dos direitos dos administrados, nos termos do art. 22, caput e § 1º, da Lei nº 13.655, de 25 de abril de 2018 (Art. 4º c/c Art. 3º, VII, da Resolução TCDF nº 333/2020); | | |
| 2.2.7 – O signatário da representação ou documento que solicite a fiscalização de contratação relacionada ao enfrentamento da pandemia decorrente do novo coronavírus (SARSCOV-2), agente causador da Covid-19, verificou se, à época da contratação, inexistia a condição que ensejou a dispensa ou inexigibilidade de licitação ou a flexibilização de requisito legal, sempre que apontar a ausência ou a insuficiência da justificativa requerida do gestor público; (Art. 4º c/c Art. 3º, VIII, da Resolução TCDF nº 333/2020); | NÃO | |
| 2.2.8 – O signatário da representação ou documento que solicite a fiscalização de contratação relacionada ao enfrentamento da pandemia decorrente do novo coronavírus (SARSCOV-2), agente causador da Covid-19, verificou, quando houver evidência de “preços abusivos” (sobrepresos), se os valores praticados não constituem oscilações ocasionadas pela variação de preços em tempos de pandemia, considerando as justificativas dos gestores que deverão constar no respectivo processo administrativo; (Art. 4º c/c Art. 3º, VIII, da Resolução TCDF nº 333/2020); | NA | |

3. ANÁLISE PRELIMINAR DA ADMISSIBILIDADE:

| Requisitos | S/N/NA | Motivação para Negativa da Admissibilidade |
|---|--------|--|
| 3.1 - O Representante é legitimado? | SIM | |
| 3.2 - A Representação atende a todos os requisitos de admissibilidade? | SIM | |
| 3.3 - Há necessidade de apresentação de esclarecimentos por parte da jurisdicionada ou interessado, conforme § 7º art. 230? | SIM | |



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

6 de 8

| | | |
|---|-----|--|
| 3.4 – Há pedido de cautelar nos termos do art. 277 do RITCDF? | NÃO | |
|---|-----|--|

4. CONCLUSÃO DESCRITIVA:

A Representação formulada pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal (MPJTCDF) (e-DOC 079ED1BC, peça 11) trata de supostas irregularidades na celebração de contratos, pelo IGESDF, para soluções de informática, publicidade de utilidade pública e telemedicina.

2. Merece nota que a fiscalização da irregularidade mencionada na Representação é de competência deste Tribunal, conforme art. 1º, incisos VII, X, XIV da Lei Complementar 1/94 - Lei Orgânica do TCDF⁴.

3. O IGESDF, embora possua personalidade jurídica de direito privado, está sob a jurisdição desta Corte de Contas, consoante os dispositivos legais supramencionados, haja vista que essa entidade gerencia recursos públicos, em consequência do contrato de gestão firmado com o Governo do Distrito Federal por intermédio da SES/DF.

4. Outrossim, a Lei Distrital 5.899/2017, que criou o Instituto, estabelece que esta Corte de Contas possui a competência de fiscalizar a execução do contrato de gestão, conforme a seguir:

Art. 2º Compete à Secretaria de Estado de Saúde supervisionar a gestão do IHBDF, observadas as seguintes normas e disposições:

(...)

III - o contrato de gestão deve observar os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e economicidade, e deve especificar o programa de trabalho proposto pelo IHBDF, estipular as metas a ser atingidas e os respectivos prazos de execução, bem como a previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a ser utilizados, mediante indicadores de qualidade e produtividade, atendendo ao quadro epidemiológico e nosológico do Distrito Federal e respeitando as características e a especificidade da entidade;

(...)

VI - a execução do contrato de gestão é supervisionada pela Secretaria de Estado de Saúde e fiscalizada pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF, que verifica, especialmente, a legalidade, a legitimidade, a operacionalidade e a economicidade no desenvolvimento das

⁴ Art. 1º Ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, órgão de controle externo, nos termos da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Distrito Federal e na forma estabelecida nesta Lei Complementar, compete:

(...)

VII – fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados ao Distrito Federal ou pelo Distrito Federal, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres;

(...)

X – assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, verificada a ilegalidade;

(...)

XIV – apreciar e apurar denúncias sobre irregularidades e ilegalidades dos atos sujeitos a seu controle;

**4. CONCLUSÃO DESCRITIVA:**

respectivas atividades e na consequente aplicação dos recursos repassados, com base nos critérios referidos no inciso III;

5. Em suma, a Exordial alegou que foram feitas duas contratações pelo IGESDF, sendo a primeira um misto de publicidade e telemedicina, e a segunda de publicidade que poderia ser integrada no todo ou em parte à primeira, além de questionar a falta de justificativa para os preços contratados.
6. Percebem-se indícios de opção por contratações de ferramentas e soluções mais onerosas, duplicidade de esforços e sobreposição de atividades estatais, com ineficiência do gasto público e consequente maior custo para a sociedade.
7. Assim, a Representação formulada pelo MPJTCDF (e-DOC 079ED1BC, peça 11) pode ser conhecida pelo Plenário e autorizada a oitiva do IGESDF e das empresas beneficiadas com as contratações.
8. Por fim, ressalte-se que foi recebida Denúncia na Ouvidoria do MPJTCDF (e-DOC 91F07C6F, peça 14), encaminhada por via do Ofício 429/2020-GPCF (e-DOC 26EDBD6B, peça 15), versando sobre a contratação de serviços de publicidade pelo IGESDF, cuja matéria foi tratada na Representação ora em análise.

5. SUGESTÕES:

9. Diante do exposto sugere-se o encaminhamento dos autos ao Exmo. Sr. Relator que vier a ser designado, com vistas a adoção das seguintes medidas:
- I. tomar conhecimento da Representação 45/2020-CF, formulada pela Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira (e-DOC 079ED1BC, peça 11);
 - II. determinar, com esteio no art. 123, § 3º, c/c art. 230, § 7º, do RITCDF, ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (IGESDF), que apresente circunstanciados esclarecimentos quanto ao teor do que foi delineado na Representação 45/2020-CF, no prazo de 5 (cinco) dias, encaminhando cópia de todos os documentos referenciados em sua manifestação, ou, alternativamente, inserindo uma tabela contendo o número verificador dos documentos citados (número do SEI) e os respectivos códigos CRC, a fim de viabilizar o acesso ao inteiro teor desses documentos por meio das ferramentas de consulta públicas já disponíveis;
 - III. conceder igual prazo para que as sociedades empresárias **Smart 7 Digital Ltda.- ME**, CNPJ 19.416.207/0001-70 e **Fértil Comunicação e Marketing Ltda.**, CNPJ 10.589.522/0001-24, apresentem os esclarecimentos que entenderem pertinentes acerca da Exordial;
 - IV. autorizar:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

8 de 8

5. SUGESTÕES:

- a) o encaminhamento de cópia do Voto e da Decisão que vier a ser proferida ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (IGESDF) e às sociedades empresárias **Smart 7 Digital Ltda.- ME** e **Fértil Comunicação e Marketing Ltda.;**
- b) o retorno dos autos à SEASP para análise do mérito da Representação.

À elevada consideração de V. Sa.

Flávio Macedo Borges de Freitas
Auditor de Controle Externo - Matrícula 623-8

Senhor Secretário,

De acordo com a Instrução e com as sugestões propostas.

Terceira Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública, 20 de julho de 2020

Henrique Eduardo de Oliveira

Diretor